

O GOVERNO ATACA OS TRABALHADORES E OS PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

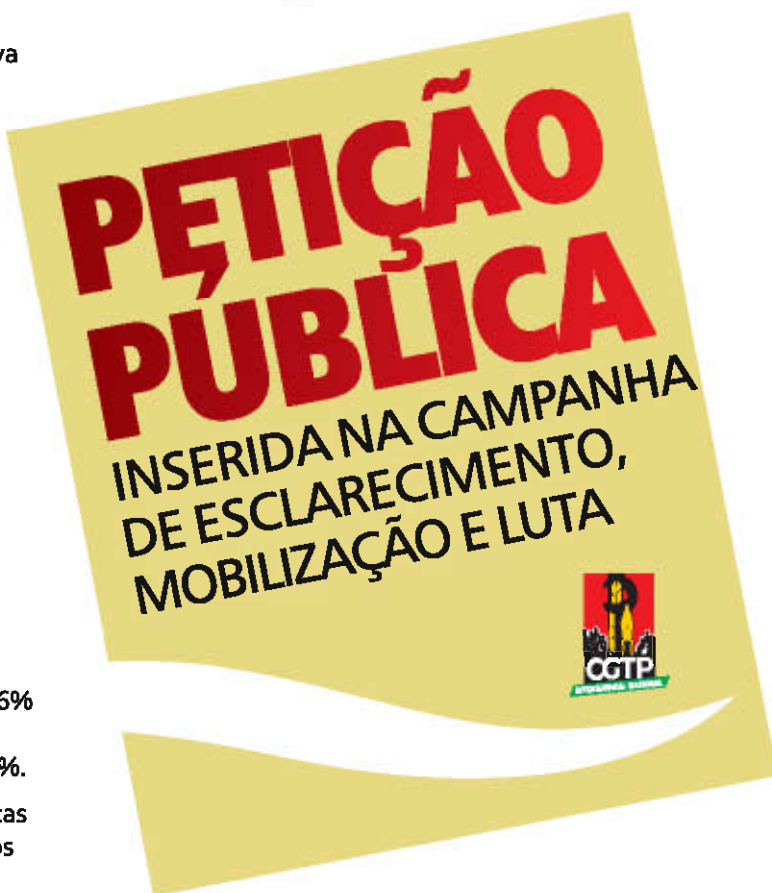
O Governo prevê novos cortes nas pensões na Administração Pública, que não só representam uma nova diminuição do poder de compra dos pensionistas, como institucionalizam a insegurança permanente, violando princípios básicos de um Estado de direito.

Pretendem efectuar um corte retroactivo na ordem dos 10%, nas pensões de reforma e de invalidez já atribuídas, de valor superior a 600€, e de igual modo proceder ao corte nas pensões de sobrevivência, sabendo que todas estas pensões foram atribuídas de acordo com a lei em vigor e os trabalhadores cumpriram e formaram o seu direito à pensão através dos respectivos descontos efectuados sobre os salários.

O “PATRÃO ESTADO” DESCAPITALIZOU A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES

As contribuições das entidades empregadoras públicas, entre 2005 e 2008, representaram apenas entre 3,2% e 6% do valor das remunerações; só em 2009 é que atingiram 10% sendo, em 2010, fixadas em 15%, e, em 2012, em 20%.

No entanto, como revelam os dados dos relatórios e contas da CGA, apesar de estar fixada na lei tais percentagens, os valores recebidos pela CGA foram muito inferiores.



QUOTIZAÇÕES DOS TRABALHADORES E CONTRIBUIÇÕES DOS EMPREGADORES PÚBLICOS PARA A CGA

ANOS	SUBSCRITORES	REMUNERAÇÕES SOBRE AS QUAIS DESCONTOU PARA A CGA MILHÕES €	QUOTIZAÇÕES DOS TRABALHADORES MILHÕES €	CONTRIBUIÇÕES DAS ENTIDADES EMPREGADORAS MILHÕES €	QUOTIZAÇÕES DOS TRABALHADORES PARA A CGA EM % DAS REMUNERAÇÕES	CONTRIBUIÇÕES DAS ENTIDADES EMPREGADORAS PÚBLICAS PARA A CGA EM % DAS REMUNERAÇÕES
2005	739.664	15.310	1.531	494	10,0%	3,2%
2006	708.997	14.840	1.484	607	10,0%	4,1%
2007	675.560	14.770	1.477	814	10,0%	5,5%
2008	636.110	14.330	1.433	865	10,0%	6,0%
2009	603.840	14.290	1.429	1.425	10,0%	10,0%
2010	586.391	14.040	1.404	2.050	10,0%	14,6% (*)
2011	559.104	12.982	1.428	1.932	11,0%	14,9% (*)
2012	531.184	10.955	1.205	1.622	11,0%	14,8% (*)
2012-2005	-208.480	-4.357	-326	+ 1.128		

(*) Só em 2010 é que as contribuições das entidades empregadoras públicas foram aumentadas para 15% e, em 2012, para 20%, no entanto, como mostram os dados do quadro 1 as contribuições reais tem valores mais baixos
FONTE: Relatórios e Contas - CGA - 2005-2012

Os sucessivos governos descapitalizaram a CGA transferindo o mínimo necessário para pagar as pensões dos trabalhadores aposentados, ficando com o restante que utilizavam para pagar outras despesas. Era um “negócio” altamente lucrativo, que durante muitas dezenas de anos resultou. Agora, que o sistema da CGA alcançou a maturidade e um número elevado de aposentados, situação em que o Estado tem de transferir muito mais para pagar as pensões, vem agora o governo culpabilizar os trabalhadores pela situação que os sucessivos governos da política de direita criaram.

A CGTP-IN reafirma como indispensável a continuidade da luta pela demissão do governo, a ruptura com a política de direita e por uma política de esquerda e soberana, que assegure mais e melhor emprego, o aumento dos salários e das pensões e garanta condições de vida digna aos trabalhadores, aos reformados, pensionistas e idosos.



O GOVERNO ATACA OS TRABALHADORES E OS REFORMADOS DO REGIME GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL



Petição

CONTRA O ROUBO NAS PENSÕES E O AUMENTO DA IDADE DA REFORMA

O GOVERNO PREVÊ NOVOS CORTES NAS PENSÕES NO SECTOR PRIVADO, que não só representam uma nova diminuição do poder de compra dos reformados, como institucionalizam a insegurança permanente, violando princípios básicos de um Estado de direito.

VISAM O AUMENTO DA IDADE DA REFORMA E A REDUÇÃO DO VALOR DAS PENSÕES por via da alteração de alguns princípios estabelecidos na Lei de Bases da Segurança Social no que concerne à idade normal de acesso à pensão de velhice e ao factor de sustentabilidade, o que a concretizar-se, consagraria um regime de insegurança permanente do valor das pensões e no aumento da idade da reforma.

A REFERIDA ALTERAÇÃO TRADUZ-SE PELA INTRODUÇÃO DE CLÁUSULAS ABERTAS que permitirão aos Governos invocar, conforme as suas conveniências, a evolução da esperança média de vida, a situação demográfica e/ou a sustentabilidade do sistema de segurança social, para modificar elementos essenciais do cálculo da pensão de velhice e, em última instância, de importância crucial para a vida dos cidadãos quando terminam a sua vida activa.

COM A ALTERAÇÃO APONTADA PELO GOVERNO, a possibilidade de saber qual a idade em que cada um de nós se poderá retirar da vida activa e qual o valor expectável da pensão a que teremos direito desaparece, criando assim instabilidade e incerteza quanto ao futuro e à qual idade de vida que todos temos o direito de ter na velhice.

COM O DELIBERADO PROPÓSITO DE PROMOVER CADA VEZ MAIS A CONCENTRAÇÃO DA RIQUEZA nos grandes grupos económicos e financeiros, o Governo PSD/CDS promove e aprofunda uma política de empobrecimento generalizado da população e de agravamento da pobreza e da exclusão social.

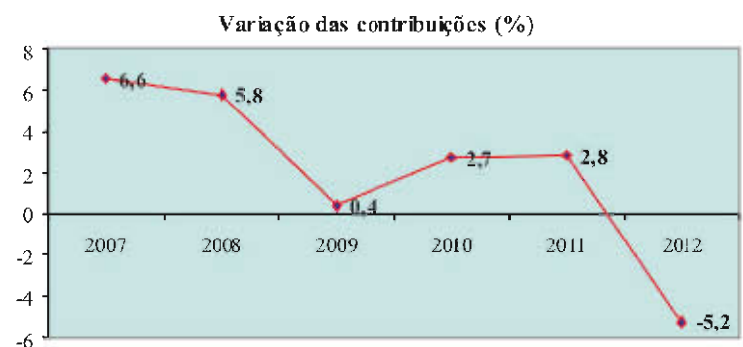
A POLÍTICA DE DIREITA FEZ BAIXAR A RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL.

EM 2012 AS CONTRIBUIÇÕES CAÍRAM MAIS DE € 700 MILHÕES. CAUSAS:

A REDUÇÃO DE SALÁRIOS E A PRECARIIDADE LABORAL;

O AUMENTO EXPONENCIAL DO DESEMPREGO, - SE ESTE NÃO EXISTISSE, TER-SE-IAM POUPADO, ENTRE 2009 E 2013, CERCA DE € 12 MIL MILHÕES (7,3% DO PIB);

A FUGA ÀS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS POR PARTE DE ALGUNS PATRÕES;



A verdade é que, com esta política, o Governo do PSD/CDS, afunda o nosso país por via da destruição da economia e com isto atira milhares de portugueses para a pobreza e a exclusão social.

DEFENDER
E GARANTIR
O DIREITO
À SEGURANÇA
SOCIAL
PARA TODOS



A CGTP-IN REAFIRMA COMO INDISPENSÁVEL A CONTINUIDADE DA LUTA PELA DEMISSÃO DO GOVERNO, A RUPTURA COM A POLÍTICA DE DIREITA E POR UMA POLÍTICA DE ESQUERDA E SOBERANA, QUE ASSEGURE MAIS E MELHOR EMPREGO, O AUMENTO DOS SALÁRIOS E DAS PENSÕES E GARANTA CONDIÇÕES DE VIDA DIGNA AOS TRABALHADORES, AOS REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS.